

# Memória, ciência e ditadura: o relato de uma busca e o processo administrativo de Ana Rosa Kucinski (1974/2011)

Memory, science and dictatorship: the report of a search and the administrative process of Ana Rosa Kucinski (1974/2011)

**Avelino Pedro Nunes Bento da Silva**  
Doutorando em História (UFAM)  
avelinopedro21@hotmail.com

**Recebido:** 24/07/2024

**Aprovado:** 23/04/2025

**Resumo:** Este artigo tem o objetivo de problematizar relações e articulações entre a ditadura de 1964 e a Universidade de São Paulo (USP). Para isso, partimos da análise do romance *K. – Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski, e do processo administrativo 17.499/74 da USP em 1974. Ambos os documentos possibilitam refletir sobre a prisão política da professora doutora de química da USP, Ana Rosa Kucinski, que desapareceu sem deixar vestígios no dia 22 de abril de 1974. A partir da leitura atenta das fontes levantadas, investigando dimensões políticas e ditatoriais no ambiente acadêmico na década de 1970, buscamos apreender relações amplas entre as temáticas de memória, ciência e ditadura, discutindo ainda intersecções entre o conhecimento histórico, a literatura e o direito.

**Palavras-chave:** Universidade de São Paulo; Ditadura de 1964; Ciência.

**Abstract:** This article aims to problematize relationships and articulations between the 1964 dictatorship and the University of São Paulo (USP). To do this, we start from the analysis of the novel *K. – Report of a quest*, by Bernardo Kucinski, and the USP administrative process 17.499/74 in 1974. Both documents make it possible to reflect on the political imprisonment of the USP chemistry professor, Ana Rosa Kucinski, who disappeared without a trace on April 22, 1974. From a careful reading of the sources collected, investigating political and dictatorial dimensions in the academic environment in the 1970s, we seek to understand broad relationships between the themes of memory, science and dictatorship, also discussing intersections between historical knowledge, literature and law.

**Keywords:** University of São Paulo; 1964 dictatorship; Science.

## Introdução

O presente artigo tem o objetivo de apreender relações entre o ambiente acadêmico e a ditadura de 1964 a partir da análise do romance *K. – Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski, publicado pela primeira vez em 2011, e do processo administrativo 17.499/74 da Universidade de São Paulo (USP),

contra a professora doutora de química Ana Rosa Kucinski. A análise das fontes aponta diversas temáticas e problemáticas do conhecimento histórico, tais como a repressão a intelectuais acadêmicos, a relação entre as universidades e a política governamental da ditadura, bem como o papel ativo de acadêmicos contra a ditadura.

Intitulado *K. – Relato de uma busca*, a obra de Bernardo Kucinski foi publicada inicialmente pela editora Expressão Popular, em 2011, e aborda a prisão e desaparecimento em 1974, período pleno da ditadura, de uma professora do departamento de química na Universidade de São Paulo. Seu pai, o protagonista chamado K., imigrante judeu e lojista, inicia uma busca incansável pela filha desaparecida, revelando práticas de repressão e organização da ditadura.

Através do romance, o autor relata de forma literária o desaparecimento de sua irmã Ana Rosa Kucinski, em 1974. Graduada em química e doutora em filosofia, Ana era militante da Aliança Nacional Libertadora (ALN), organização de esquerda que combatia a ditadura de 1964<sup>1</sup>. O seu desaparecimento e de seu marido, também militante da ALN, ocorreu sem deixar rastros, no dia 22 de abril de 1974.

O processo administrativo 17.499/74 da Universidade de São Paulo, aberto em 1974, tem como assunto o suposto “abandono de função” da professora Ana Kucinski. Os autos e o trâmite processual, envolvendo diversos sujeitos e documentos em anexo, evidenciam relações complexas entre universidade e ditadura, demonstrando ainda a constituição do poder da repressão no interior do âmbito acadêmico.

Como lembra o historiador Marcos Silva (2015), a ditadura de 1964 foi um processo social, envolvendo diversas dimensões do social para além de uma política institucional formal. Neste sentido, a análise do processo administrativo contra a professora Ana nos mostra práticas e articulações entre a ditadura e a universidade, em casos de perseguições, prisões e desaparecimentos de professores e estudantes.

A partir da análise das fontes, os conceitos e termos presentes nos documentos serão trabalhados como problemas analíticos. Em diálogo com o crítico literário Raymond Williams (1979, p. 16), mediante abordagem teórico-metodológica no campo do conhecimento histórico, os conceitos de memória, ciência e ditadura são entendidos como “movimentos históricos ainda não definidos”,

---

<sup>1</sup> Sobre a atuação de movimentos e partidos de esquerda no período da ditadura de 1964, cf. REIS FILHO (2000) e GORENDER (1987).

em vez de proceder de uma suposta “ordem teórica” explicativa das singularidades e complexidades dos processos históricos.

As práticas de repressão da ditadura se apresentavam de diferentes formas. Sendo assim, as relações entre a ditadura e a universidade eram complexas, sobretudo devido às resistências e contestações de professores e estudantes. Apesar do alinhamento político de reitores e diretores de institutos científicos com as práticas da ditadura, evidenciam-se também ambiguidades e disputas entre diversos sujeitos no ambiente acadêmico (MOTTA, 2014).

Em vista disso, tratamos de apreender relações entre história, literatura e direito mediante as discussões das fontes literária e jurídica sobre o ambiente acadêmico e o conhecimento científico na ditadura de 1964. Essas discussões se relacionam e ampliam o estudo das memórias da resistência, além de apontar como a ditadura era enfrentada e questionada no cotidiano dos familiares dos presos políticos.

### **O relato de uma busca em Bernardo Kucinski**

A obra *K. – Relato de uma busca* se organiza através de uma linha tênue entre literatura e memória, evidenciando críticas de Bernardo Kucinski à ditadura e à universidade, além de suas lembranças sobre o caso vivenciado. Por meio da análise do romance, revelam-se temáticas e problemáticas históricas que se relacionam mediante o relato literário (WILLIAMS, 1979).

Após dez dias do desaparecimento de sua filha, o protagonista K. inicia suas buscas em São Paulo. Logo de início, dirige-se à universidade em que sua filha era professora. Ali fica sabendo que “desconhecidos andaram perguntando por ela”, que “há gente estranha no campus”, os quais “anotam chapas de carros”. Mais do que isso, K. é avisado que essas pessoas “estão dentro da reitoria” (KUCINSKI, 2014, p. 12).

Isto nos leva a entender como a ditadura não era somente algo externo a universidade, como se tivesse se “infiltrado”, mas se organizava de dentro do ambiente acadêmico, do interior da reitoria e dos departamentos. A partir de professores, reitores e diretores alinhados à ditadura, o Estado ampliava e estabelecia seu poder de repressão aos opositores e militantes de esquerda que se encontravam na universidade, considerados como “comunistas” e “terroristas”.

Dentre as hipóteses para o desaparecimento de sua filha, incluindo acidente ou doença grave, K. considerou que “a pior era a prisão pelos serviços secretos”. Como é descrito pelo personagem,

essa hipótese é a pior pelo motivo do Estado ditatorial ser cruel e violento, sem rosto e sem sentimentos, opaco e perverso, inatingível.

Após a Universidade, K. se dirigiu para outra instituição do Estado: a Delegacia de Desaparecidos. Mas com pouca esperança, pois “os tribunais estavam proibidos de aceitar pedidos de habeas corpus” em casos de prisão política. Conclui que “esta é a situação” e que “não há nada que um advogado possa fazer” (KUCINSKI, 2014, p. 13). Destaca-se, assim, uma relação intrínseca entre o campo do direito e as políticas da ditadura.

O protagonista, em vista disso, criou outras táticas para a busca de sua filha. Passou assim a contar a história vivenciada para todos que encontrava, nas ruas, na igreja, na loja que era dono. O cotidiano se tornou dimensão central para sua busca (CERTEAU, 1998), de modo que entrou em contato com relatos de busca de familiares de outros desaparecidos políticos. Ao participar das reuniões desses familiares, K. conheceu histórias de mães e esposas, jovens e idosos que tiveram seus familiares desaparecidos pela repressão da ditadura.

O ponto comum dos relatos dos familiares era a incerteza do paradeiro dos desaparecidos, não havia vestígios ou registros. Após ouvir os relatos, K. reflete que “até os nazistas que reduziam suas vítimas a cinzas registravam os mortos”, “não havia a agonia da incerteza”, “não era um sumidouro de pessoas” (KUCINSKI, 2014, p. 16).

Esta passagem do romance nos leva a refletir sobre uma outra perspectiva do que foi a ditadura de 1964. O autor nos mostra que, para os familiares dos desaparecidos políticos, a ditadura foi um “sumidouro de pessoas”, uma agonia que se tornou uma dor integral no cotidiano. Assim, para além do uso de termos acadêmicos, como ditadura militar (FICO, 2017), ditadura civil-militar (DREIFUSS, 1981), ou até mesmo as novas incursões em uma ditadura empresarial-militar (PROJETO HISTÓRIA, 2023), Kucinski classifica a ditadura de 1964 como um “sumidouro de pessoas”.

Para a manutenção da hegemonia e o estabelecimento de seu poder, a ditadura executava prisões e torturas de professores e estudantes que resistiam e questionavam o Estado no âmbito acadêmico e social. Em vez de uma universidade pautada no diálogo e debate, em pesquisas e estudos, a ditadura transformou em um espaço de repressão e perseguição.

O autor aborda em sua obra a organização da ditadura. Para o estabelecimento do “sumidouro de pessoas”, havia os informantes da política. Ao tomar conhecimento disso, K. lembra de quando chegou ao Brasil, em 1935, fugindo da polícia polonesa. No Brasil, porém, vivia em alerta contra os

“espias de Getúlio”. Mas conclui que isso “foi na época do fascismo”, mesmo considerando que “os informantes nunca pararam de informar” (KUCINSKI, 2014, p. 21).

Kucinski ressalta uma característica em comum entre a ditadura do Estado Novo (1937-1945) e a ditadura de 1964, notando que ambas tiveram como base a espionagem, os informantes, possivelmente relacionados ainda com os fascismos estrangeiros, como no exemplo da polícia polonesa. O protagonista se depara com procedimentos ditoriais que já conhecia e havia enfrentado décadas atrás.

A organização da espionagem atinge tal ponto que K. recebeu em sua loja um pacote, supostamente enviado de Portugal por sua filha. No entanto, percebe que o texto escrito no pacote não era a letra de sua filha. A ditadura não queria enganá-lo, criar falsas esperanças, mas torturá-lo. Os informantes “estão todos mancomunados”, “um teatro para me torturar”, “é uma rede sórdida”. Diante disto, a ditadura era organizada a ponto de torturar, enganar e falsificar correspondências para os familiares dos desaparecidos políticos.

O caso em tela nos mostra como polícia e justiça se relacionam de forma repressiva na ditadura. Dialogando com Antonio Cândido (1991, p. 28), entendemos como a “polícia-justiça de Kafka<sup>2</sup> não tem necessidade de motivos, apenas de estímulos”. A repressão se torna um ponto central para a instituição e legitimação da ditadura. Diante disto, Cândido destaca que:

A polícia de um soberano absoluto é ostensiva e brutal, porque o soberano absoluto não se preocupa em justificar demais os seus atos. Mas a de um Estado constitucional tem de ser mais hermética e requintada. Por isso, vai-se misturando organicamente com o resto da sociedade, pondo em prática um modelo que se poderia chamar de “veneziano” – ou seja, o que estabelece uma rede sutil de espionagem e de relação irresponsável (cobertas pelo anonimato) como alicerce do Estado (CANDIDO, 1991, p. 27).

Em outro momento, K. retoma as reflexões ao notar que na Polônia, “quando prendiam, registravam, avisavam a família”. Inclusive havia julgamento, acusação e defesa, e visitas à prisão, “lá não sumiam com os presos”. O protagonista se depara com supostas justificativas para o desaparecimento de sua filha, como, por exemplo, por ela ser “comunista”, ou até mesmo “terrorista”. Essa perspectiva se alinha à ditadura, justificando prisões, torturas e assassinatos. Mas o pai sempre reforça que sua filha era professora universitária na Universidade de São Paulo.

<sup>2</sup> O texto se refere ao escritor europeu Franz Kafka (1883-1924), autor do romance *O Processo*, publicado postumamente em 1925.

O romance aborda que, apesar do personagem principal perseguir sem descanso os responsáveis pelo desaparecimento de sua filha, ele estava imune à repressão da ditadura, pois “mexer com ele seria confessar, passar recibo”. Outro ponto a se destacar é que K. se encontrava em grupos de busca, ia aos jornais, desfilava com as Mães da Praça de Maio<sup>3</sup>. Assim também conclui um dos militares responsáveis pelas prisões no romance: “estão agindo como grupo”, “virou movimento”, “agora é política” (KUCINSKI, 2014, p. 52).

Através do personagem K., e de sua busca pela filha, o autor mostra o poder dos movimentos sociais na luta contra a ditadura, a resistência de grupos de familiares e desaparecidos políticos contra o “sumidouro de pessoas”.

Em certo momento do romance, nos deparamos com uma carta escrita pela professora universitária, filha de K., a uma amiga. Nela, revelam-se angústias, lembranças e sonhos que existiam antes da prisão e morte pela ditadura.

Sobre o ambiente acadêmico, a professora confidencia que sentia “um perigo me rondando”, “todo dia prendem alguém no campus”. Neste clima, a professora conta que não se sente mais segura “na Química”, talvez no departamento acadêmico em que trabalhava, provável local em que se encontrava o informante da ditadura. A professora desconfia de seus colegas, “todos fingem que a vida continua normal”, mesmo em meio às prisões e desaparecimentos, “todos fazem de conta que nada está acontecendo” (KUCINSKI, 2014, p. 30).

Além do ambiente acadêmico, a professora também menciona seus colegas de partido, notando uma “alienação das pessoas”, definida pela “perda de humanidade que acompanha um senso de fatalismo”. Entre seus colegas, a professora percebe que estes criavam “objetividades fora da realidade”, “como se a política fosse tudo e nada mais interessasse”.

Nos capítulos finais do romance, Kucinski relata como teria ocorrido a reunião dos professores do Instituto de Química da USP, no dia 23 de outubro de 1975, cerca de 19 meses após o desaparecimento da professora universitária. Para esta parte de sua narrativa, o autor utiliza como fonte documental a ata da reunião e o processo administrativo tratando da rescisão do contrato de Ana Kucinski, “por abandono de função”.

---

<sup>3</sup> Refere-se a um movimento social de mães que tiveram suas filhas e filhos assassinados ou desaparecidos durante a ditadura na Argentina nas décadas de 1970 e 1980.

Antes disso, Kucinski alerta que, muitos anos depois, a reitoria anunciou publicamente “a injustiça da demissão da professora”, porém “nunca admoestou nenhum dos envolvidos”, e sequer “resgatou suas dívidas com a família”. Os professores presentes à reunião “nunca se desculparam” (KUCINSKI, 2014, p. 106).

Este capítulo do romance mostra de uma outra forma como as prisões e perseguições no ambiente acadêmico eram legitimadas e reforçadas pelos próprios professores, reitores e diretores dos institutos científicos. A repressão era criada e efetivada no interior da universidade, alinhada às políticas da ditadura. Kucinski lembra que o Instituto de Química da USP foi criado em 1970, período pleno da ditadura.

Por fim, o autor assinala que a demissão da professora foi aprovada com 13 votos a favor e dois votos em branco. O desligamento de Ana foi publicado no Diário Oficial de São Paulo dois dias depois da reunião, por ato do governador, “outro que nunca se desculpou”.

### **O processo administrativo de Ana Rosa Kucinski**

O processo administrativo 17.499/74 da Universidade de São Paulo, aberto em junho de 1974, teve como assunto o desaparecimento da professora doutora Ana Rosa Kucinski. A reitoria e o Instituto de Química da USP trataram o caso como “abandono de função”. Foram seguidas as considerações da consultoria jurídica pautadas no artigo 180 do Estatuto dos Servidores da Universidade de São Paulo, sobre aplicação de pena de dispensa em caso de não comparecimento ao serviço “de forma contínua por mais de 30 dias”.

Dentre os diversos ofícios encaminhados entre o Instituto de Química e a Reitoria da USP, as cópias do contrato da professora, os recortes de jornais impressos, totalizando o processo cerca de 263 fólios, consta nos autos a citação enviada para a professora. No dia 10 de janeiro de 1975, a citação foi entregue pelo secretário da comissão processante ao pai de Ana. Segundo o relatório do secretário da comissão, o pai de Ana informou que “ela desapareceu na companhia de seu marido”, e que “já tomou providências junto as autoridades policiais e até mesmo junto à Presidência da República, mas até o momento, nenhuma informação lhe foi prestada sobre o paradeiro de sua filha” (USP, 1974, fls. 29).

O esforço do pai na busca pela filha desaparecida foi descrito nos autos, indicando que buscou informações na Delegacia de Polícia e, inclusive, com o presidente da ditadura. No dia 24 de janeiro

de 1975, o advogado representante de Ana apresentou para a comissão de inquérito sua defesa escrita. Nesta, encontra-se novamente o esforço do pai, “jornalista e escritor em língua iídiche<sup>4</sup>, homem de mais de 70 anos, bateu, em vão, em todas as portas disponíveis, cadeias, hospitais e necrotérios, em busca de notícias da filha desaparecida” (USP, 1974, fls. 50). O pai passou a “admitir a hipótese de uma prisão por motivo políticos”.

A defesa indicou que esforços foram tomados em contatos com a Seção Americana do Congresso Mundial Judaico, assim como com a Seção Britânica da Anistia Internacional e com a Comissão Justiça e Paz do Arcebispado de São Paulo. Por fim, declarou que a professora Ana, “sempre assídua ao trabalho da Universidade, ao longo de mais de 10 anos, onde desenvolvia, ultimamente, uma pesquisa no campo da física-química”. O advogado reforça o empenho no trabalho científico da professora na universidade, afirmando que ela “jamais poderia ter interesse em abandonar seu cargo ao qual sempre se dedicara com o maior entusiasmo científico, o que poderá ser constatado com os depoimentos dos professores (...)” (USP, 1974, fls. 52).

No dia 11 de março de 1975, um dos professores citados pela defesa compareceu à sala da consultoria jurídica da reitoria. Na condição de testemunha, o professor do Instituto de Física afirmou que conheceu a professora Ana como aluna do Instituto de Química, que “este conhecimento data de mais de dez anos”. Após descrever o trabalho conjunto que realizaram, o professor respondeu da seguinte forma aos membros da comissão processante:

Que, a indiciada concluiu um dos trabalhos que lhe foram confiados, acontecendo que em princípios de abril deixou de comparecer ao Instituto, sem dar qualquer explicação; (...) que, admitiu que a ausência da indiciada prendesse a sobrecarga de serviço, mas algum tempo depois veio a ser inteirado de que ela estava desaparecida; que, procurou informar-se sobre as circunstâncias do desaparecimento da indiciada, vindo a saber que ela poderia estar presa, sem que, todavia, lhe tivessem dado os motivos; que, mais tarde, por volta de agosto de 1974 veio a saber que a indiciada poderia estar presa por motivos de ordem política; que, a indiciada é uma profissional competente; que, não constatou nas ocasiões em que tratou com a indiciada qualquer preocupação de pregação de ideias políticas, sendo testemunha de que era dedicada ao trabalho (USP, 1974, fls. 84).

Logo após, ainda no dia 11 de março de 1975, outro professor foi “convocado para prestar testemunha”. Inicialmente o professor descreveu que a professora Ana era “bolsista sob a orientação

<sup>4</sup> O iídiche se refere a uma língua ocidental, também conhecida como “judeu-alemão”, que utiliza o idioma germânico e a grafia hebraica com o acréscimo de vogais.

do depoente”, e “prosseguiu nos seus estudos, defendendo tese até o doutoramento, sem prejuízos de suas obrigações didáticas”. A declaração do professor ficou assim registrada nos autos:

Que, a indiciada sempre foi muito assídua e muito dedicada a seus trabalhos, podendo atestar que ela sempre levou muito a sério as suas atribuições didáticas; que, em abril de 1974, constatou a ausência da indiciada ao serviço a seu cargo, então procurou junto ao Instituto de Química indagar dos motivos porque não comparecia, ou melhor, comunicou ao Diretor do Instituto de Química que a indiciada não estava comparecendo ao trabalho; que, antes disso, procurou junto aos colegas e funcionários sobre se havia notícia da indiciada, com resultado negativo; que, foi procurado pelo pai da indiciada, que estava ansioso por notícias da filha, mas nada lhe pode dizer a respeito; que, tem conhecimento por notícias de jornais e por informações prestadas pelo pai e pelo irmão da indiciada, cujos nomes ignora, que a indiciada está desaparecida (USP, 1974, fls. 86).

Em seu depoimento, o professor reforça que a professora era muito dedicada aos estudos e ao trabalho na universidade, não existindo “abandono de função”, mas que estava “desaparecida”. Sua declaração se encontra articulada ao professor anterior, que também afirmou que Ana era uma “profissional competente” e que estava desaparecida, “presa por motivos de ordem política”.

Os autos evidenciam uma organização técnica da administração universitária, alinhada à repressão e à ditadura a partir de procedimentos jurídicos. Com o depoimento dos professores, podemos notar como as perguntas foram elaboradas no sentido de legitimar o “abandono de função”. No entanto, as declarações dos professores evidenciam suas práticas de solidariedade com a colega desaparecida, pontuando para a comissão da universidade que a professora Ana era dedicada aos trabalhos acadêmicos.

Na reunião realizada no dia 18 de março de 1975, a comissão processante deliberou que “não havia necessidade de novas provas”, abrindo o prazo de vinte dias para “a defesa produzir as provas que desejasse” (USP, 1974, fls. 87).

Outros dois depoimentos foram tomados pela comissão processante, ambas testemunhas indicadas pelo advogado de defesa. O primeiro foi o diretor do Instituto de Química. Em suas respostas ao interrogatório, no dia nove de abril de 1975, declarou que “pediu instruções ao Magnífico Reitor sobre as providências que deveria tomar, no setor administrativo, assim que veio ao seu conhecimento que a Professora Doutora Ana Rosa Kucinski não estava comparecendo ao serviço”. Confirmou que foi o responsável pelo pedido de instauração do processo de dispensa da professora por “abandono de função”. No entanto, os autos registram o seguinte de sua declaração:

Que, foi procurado pelo pai da indiciada, o qual desejava informações sobre a situação da indiciada na repartição, pois estava a procura de elementos de informação

que o auxiliasse na localização da filha; Que, ficou sabendo que a indiciada desapareceu em circunstâncias ignoradas; Que, não tem dados informativos a fornecer sobre a localização da indiciada; Que, foi também procurado pelo irmão da indiciada; Que, desejava esclarecimentos sobre o mesmo problema e a ele o depoente deu as mesmas informações; Que, a indiciada era boa funcionária e dedicada ao seu trabalho, tendo o depoente estranhado o seu não comparecimento ao serviço sem qualquer explicação; Que, a ausência da indiciada ao serviço logo foi conhecido em todo o Instituto, em comentários entre os funcionários, mas nada transbordou no sentido de informação sobre a sua localização (USP, 1974, fls. 108.)

Os “comentários” possivelmente se referiam à prisão política e militância da professora Ana. A partir da análise da linguagem judicial, presente no processo administrativo, revela-se como os autos do depoimento do diretor do Instituto de Química não mencionam o “desaparecimento”, ou sequer “sequestro”. Em vez disso, tratou como uma “ausência”, um “não comparecimento ao serviço”, mesmo cerca de um ano após o desaparecimento da professora. Os autos também registram que o diretor foi procurado pelo pai e pelo irmão da professora, informando ainda que “era boa funcionária e dedicada ao seu trabalho”.

O último depoimento presente nos autos foi o de uma testemunha indicada pelo advogado de defesa. Registrado como “brasileiro, casado, comerciário”, a testemunha teria declarado o seguinte para a comissão processante:

Que, não sabe por que motivo foi arrolado como testemunha, pois não conhece e nunca ouviu falar de Ana Rosa Kucinski; Que, examinou, neste ato a fotografia de Ana Rosa Kucinski às fls. 33 do presente processo e reafirma que nunca viu esta pessoa; Que, não tem nenhuma informação a fornecer a respeito do paradeiro de Ana Rosa Kucinski; Que, não conhece o [advogado], ignorando por completo o motivo de sua indicação para servir de testemunha (USP, 1974, fls. 116).

Após o depoimento da testemunha, os autos pontuam que o advogado não se encontrava presente no momento da reunião. A comissão processante, em reunião, decidiu indeferir o pedido de tomada do depoimento do pai e do irmão da professora Ana, “por impedidos de servirem como testemunha, na forma prevista no artigo 142, inciso IV, do Código Civil”. Segundo a lei citada, não podem ser admitidos como testemunhas “o interessado no objeto do litígio, bem como o ascendente e o descendente, ou o colateral, até o terceiro grau, de alguma das partes, por consanguinidade, ou afinidade” (BRASIL, 1916). A técnica judiciária na ditadura se utilizava de códigos legais criados em períodos anteriores. Assim, a comissão considerou “encerrado o processo”.

No dia 17 de junho de 1975, a comissão processante realizou a oitava reunião. De forma sumária, o presidente e os membros da comissão concluíram que, “efetivamente, a indiciada incorreu na falta disciplinar que lhe foi atribuída, estando, assim, sujeita à respectiva penalidade, ou seja,

dispensa, por abandono do cargo, com a rescisão do contrato”. Ainda nesta reunião, a comissão novamente indeferiu o pedido de tomada do depoimento do pai de Ana, ponderando que, “além do impedimento legal, (...) não havia necessidade na tomada do depoimento da pessoa indicada, uma vez que as informações que ela poderia fornecer já constam do processo” (USP, 1974, fls. 122).

A comissão processante apresentou no dia 29 de outubro de 1975 um relatório de 18 páginas ao reitor da Universidade de São Paulo, ressaltando como sugestão a aplicação de “pena de dispensa, por abandono de função”, para a professora Ana. No dia 26 de novembro de 1975, o assistente jurídico da universidade atestou que “todas as providências afetas à comissão processante foram regularmente tomadas bem como se assegurou o direito de defesa à indiciada de modo pleno” (USP, 1974, fls. 155). Para a consultoria jurídica da universidade, interessa tratar o caso sob um “ângulo formal”, mediante uma perspectiva técnica, desconsiderando o desaparecimento político da professora.

O volume do processo e seus diversos documentos anexados explicitam como o direito se constitui enquanto uma complexa arena de disputas e conflitos (THOMPSON, 1998). Evidencia também o papel da técnica judiciária na legitimação do poder da ditadura (SILVA, 2016).

As complexidades do processo administrativo se revelam mediante uma leitura a contrapelo dos autos (BENJAMIN, 1994), de modo que se torna possível verificar características da linguagem judiciária e sua relação com o uso da técnica burocrática nas relações de poder (TRAGTENBERG, 1980).

O reitor da Universidade de São Paulo assinou a rescisão por “abandono de função” da professora Ana Rosa Kucinski no dia 07 de janeiro de 1976.

## Considerações finais

No terceiro volume do relatório da Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo, intitulado *Mortos e desaparecidos: graves violações aos direitos humanos no contexto das perseguições ocorridas na Universidade de São Paulo*, são descritas as circunstâncias em que morreram ou desapareceram 47 pessoas que tinham vínculo com a universidade. Dentre estas pessoas, 39 eram estudantes, seis eram professores e professoras, e dois eram funcionários.

O relatório descreve que, no dia 22 de abril de 1974, Ana Rosa Kucinski “saiu de seu trabalho na Cidade Universitária e foi ao centro da cidade para almoçar com o marido, Wilson Silva, ex-aluno

da Faculdade de Física da USP, em um restaurante nas proximidades da Praça da República". Neste dia, "ambos desapareceram" (USP, 2018, p. 86).

Segundo considerações do relatório da Comissão da Verdade, acerca do desaparecimento da professora Ana:

Após a abertura política, uma série de documentos e depoimentos de pessoas envolvidas com o caso vieram à tona e aquilo que já era evidente na época confirmou-se: Ana Rosa havia sido sequestrada pelas forças repressivas do regime militar, sendo esta a única causa de seu desaparecimento no ano de 1974, ou seja, Ana Rosa esteve sujeita a um cerceamento ilegal e irresistível, de modo que seu não comparecimento à Universidade não foi voluntário nem intencional (USP, 2018, p. 88).

Após a solicitação de Bernardo Kucinski, irmão de Ana, pedindo que a reitoria reavaliasse e cancelasse a pena de dispensa por abandono de função e a rescisão do contrato, a Universidade decidiu, no dia 18 de julho de 1995, cancelar a pena imposta à professora Ana. Pouco menos de duas décadas depois, em 2014, o Instituto de Química da USP "dispõe-se, por unanimidade de votos dos membros da Congregação, a anular o ato anterior que havia considerado o abandono de função, além de pedir desculpas formais à família de Ana Rosa" (USP, 2018, p. 89).

O relato de uma busca e o processo administrativo se entrelaçam desde a década de 1970 e persistem até os dias atuais, evidenciando como os procedimentos ditoriais parecem permanecer no ambiente acadêmico. Sem o trabalho da Comissão da Verdade, e sobretudo os esforços e ações dos familiares, os mortos e desaparecidos políticos, como no caso de Ana, continuariam penalizados pela Universidade.

A análise das fontes literárias e processuais nos levam a refletir sobre relações próximas entre ciência e repressão, entre universidade e ditadura na década de 1970 e em um período recente. A repressão se organizava também pelo interior do corpo acadêmico institucional, utilizando-se de processos administrativos para legitimar prisões, torturas e mortes. Assim, por vezes, as instituições científicas se alinhavam e legitimavam as práticas e políticas da ditadura de 1964.

Portanto, as complexidades do social se explicitam mediante as relações entre memória, ciência e ditadura. Por meio disso, o esforço de familiares na busca dos desaparecidos mostra como a democracia é inventada e reinventada pelas práticas sociais (LEFORT, 1983), sendo necessária a continuidade da luta mesmo após o fim institucional da ditadura.

### Referências bibliográficas:

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, arte e política - ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, volume I.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. **Código Civil.** Lei nº 3.071 de 01 de janeiro de 1916.

CANDIDO, Antonio. A verdade da repressão. **Revista USP**, São Paulo, n. 9, p. 27-30, 1991.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: vol. 1 Artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 1998.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe.** Petrópolis: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74, 2017.

KUCINSKI, Bernardo. **K. – Relato de uma busca.** São Paulo: Cosac Naify, 2014.

LEFORT, Claude. **A invenção democrática: os limites da dominação totalitária.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada.** São Paulo: Ática, 1987.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

PROJETO HISTÓRIA. **Dossiê: Ditadura Empresarial Militar no Brasil (1964-1985) e repressão aos trabalhadores.** São Paulo, v. 77, 2023.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000

SILVA, Fernando Teixeira. **Trabalhadores no Tribunal: conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no contexto do Golpe de 1964.** São Paulo: Alameda, 2016.

SILVA, Marcos. O historiador, o ensino de História e seu tempo (Notas sobre a problemática da Ditadura no Brasil – 1964/1985). **Antíteses**, vol. 2, n. 3, p. 23-36, 2009.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRAGTENBERT, Mauricio. **Administração, poder e ideologia.** São Paulo: Editora Moraes, 1980.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. USP. **Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo.** São Paulo, 2018.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. USP. **Processo nº 17.499/74** (Sobre abandono de função). São Paulo. 1974. Fls. 263.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.